Retirado projeto pelo fim do Conpresb

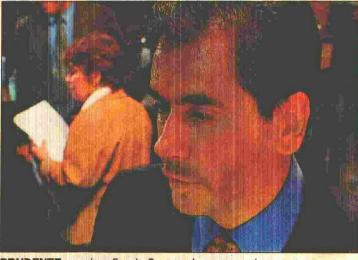
Autor da proposição, o distrital Leonardo Prudente (PMDB) não resistiu à pressão da sociedade e tirou-a da pauta da Câmara

SÉRGIO PARDELLAS

O clamor da sociedade aliado a uma pesada articulação política, que passou pelo PFL e contou com a chancela do governador Joaquim Roriz, sepultou ontem o projeto de autoria do distrital Leonardo Prudente (PMDB) que previa a extinção do Conselho de Gestão da Área de Preservação de Brasília (Conpresb). A proposta, prevista para ser apreciada ontem em segundo turno pela Câmara Legislativa, foi retirada de pauta pelo próprio autor às 17h, depois de um dia de acaloradas discussões. Hoje pela manhã, os 16 distritais da base governista se reúnem para avaliar a possibilidade de nova inclusão do projeto na pauta de votação. Mas os distritais nem pensam em assumir mais esse desgaste:

O ônus será muito maior.
O recuo foi providencial e deve ser irremediável – afirmou um distrital ligado a Roriz.

No início da tarde, o projeto já havia sido retalhado no interior da própria base aliada, que na última semana aprovou, sem cerimônias, o fim do Conpresb com 13 votos favoráveis. Quatro substitutivos ao texto original foram apresentados, um deles, do próprio Prudente, pedindo o fim do caráter deliberativo do órgão, que passaria a ser ape-



PRUDENTE gueria o fim do Conpresb, mas resolveu recuar

nas consultivo.

A apresentação da emenda, discutida há duas semanas, conforme antecipou o Jornal do Brasil, havia sido acertada em reunião pela manhã na presidência da Câmara numa reunião informal dos líderes partidários com a presença dos peemedebistas Odilon Aires, Anilcéia Machado, Gim Argello, Pedro Passos, Prudente e o presidente Benício Tavares. Mas a idéia logo perdeu força com a intervenção do Palácio do Buriti e PFL. Em telefonemas aos goyernistas, Roriz desfiou um rosário de argumentos sobre a importância da manutenção do órgão, criado por ele no início do atual gestão. O senador Paulo Octávio (PFL) reuniu, no gabinete do distrital Jorge Cauhy (PFL), a bancada distrital pefelista e quatro conselheiros do Conpresb, entre eles o representante do Ministério Público, Romina Caparelli, e do Instituto de Arquitetos do Brasil, Otto Ribas.

- Viemos construir um entendimento. A extinção do Conpresb definitivamente não é bom para a preservação do patrimônio tombado - afirmou o senador Paulo Octávio (PFL-DF), que, em parceria com os distritais, propôs um substitutivo estabelecendo um quórum mínimo de 2/3 nas reuniões deliberativas do Conselho e a criação de cinco novos membros, da Câmara Legislativa, Ministério Público, Secretaria de Segurança, de Fiscalização e da Procuradoria do DF.

pardellas@jb.com.br